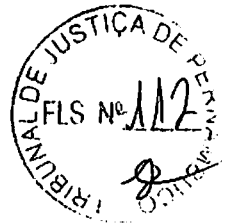




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0202352-1

HABEAS CORPUS

198

IMPETRANTE: EMILIANO EUSTÁQUIO JÚNIOR

PACIENTE: JOSÉ MANOEL DE LEMOS

RELATOR: DES. GUSTAVO LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: RENATO DA SILVA FILHO

EMENTA: HABEAS CORPUS. LIVRAMENTO CONDICIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. NÃO CONHECIMENTO DO HABEAS CORPUS. UNANIMIDADE.

1. A revisão de decisões relativas ao cumprimento de penas, neste caso livramento condicional, não é compatível com o rito do remédio heróico, quando se impõe a análise de elementos da prova com o fito de verificar o atendimento dos requisitos de ordem objetiva e subjetiva.
2. Não conhecimento do *habeas corpus*.
3. Unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas Corpus* nº 202352-1 onde figura como paciente **JOSÉ MANOEL DE LEMOS**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara

Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **não conhecer o habeas corpus**, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 17 de dezembro de 2009.


Des. Presidente



198


Des. Gustavo Lima
Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0202352-1

200

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: EMILIANO EUSTÁQUIO JÚNIOR

PACIENTE: JOSÉ MANOEL DE LEMOS

RELATOR: DES. GUSTAVO LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: RENATO DA SILVA FILHO

RELATÓRIO

Trata-se de **habeas corpus** impetrado por Emiliano Eustáquio Júnior como sucedâneo de agravo de execução penal em favor do paciente **JOSÉ MANOEL DE LEMOS**, onde se aponta como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da 1ª Vara das Execuções Penais da Capital.

O impetrante alega que o paciente foi condenado pelo Segundo Tribunal do Júri da Capital a cumprir pena de 7 (sete) anos de prisão em regime inicialmente semi-aberto. Argumenta ainda que, embora o paciente tenha sido condenado a cumprir sua reprimenda em regime inicialmente semi-aberto, o mesmo permaneceu encarcerado em regime fechado por mais de 6 (seis) anos enquanto aguardava a tramitação da demanda criminal ajuizada em seu desfavor, o que caracteriza excesso punitivo e constrangimento ilegal.

Segundo o impetrante, a autoridade indigitada coatora, instada a decidir acerca de pleito de livramento condicional do paciente, indeferiu o pedido sob a alegação de que este último responde a outra demanda criminal por crime de homicídio na Comarca de Aliança-PE, não atendendo, pois, o requisito subjetivo. Para o impetrante, o paciente atende a todos os requisitos legais para a concessão do benefício requerido, sendo o indeferimento de tal pleito coação ilegal que deve ser combatida através do presente writ.

201



A medida liminar requerida pelo impetrante foi indeferida (fls. 22/23).

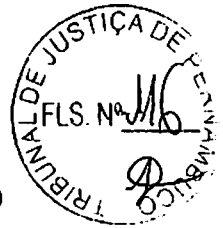
A autoridade apontada como coatora, ao prestar informações, anexou os documentos de fls. 33 usque 99.

A douta Procuradoria de Justiça, ao emitir parecer sobre o writ, opinou pelo conhecimento writ e denegação da ordem ora pleiteada, sob o argumento de que a análise do alegado requer detalhado exame da prova, o que é insusceptível através do remédio heróico ((fls. 107/108)).

É O RELATÓRIO.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Des. Gustavo Lima
RELATOR



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0202352-1

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: EMILIANO EUSTÁQUIO JÚNIOR

202

PACIENTE: JOSÉ MANOEL DE LEMOS

RELATOR: DES. GUSTAVO LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: RENATO DA SILVA FILHO

V O T O

Conforme relatado, o presente *habeas corpus* foi impetrado como sucedâneo de agravo de execução penal em favor do paciente **JOSÉ MANOEL DE LEMOS**. Foi apontado como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da 1ª Vara das Execuções Penais da Capital.

Para o impetrante, em sendo o caso de o paciente atender a todos os requisitos legais para a concessão do livramento condicional, o indeferimento de tal pleito por parte da autoridade indigitada coatora representa a coação ilegal.

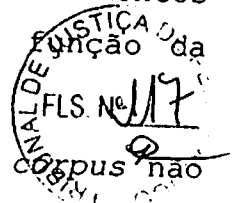
Consta da decisão proferida pelo Exmo. Magistrado apontado como autoridade coatora o seguinte, *verbis* (fl. 13):

"(...) verifica-se nos autos que o sentenciado se encontra com o processo-crime nº 402.2003.0055-0 em aberto no Juízo de Direito da Comarca de Aliança/PE, denunciado nas penas do

art. 121, § 2º, I e IV, c/c art. 29 do Código Penal Brasileiro. Embora se observe nos autos que não consta mandado de prisão em relação ao denunciado, o fato delituoso é tipificado como hediondo, motivo pelo qual não faz jus ao benefício solicitado. (...)"

Como visto, o indeferimento do pedido de livramento condicional do paciente se deu em função do não cumprimento de requisito de ordem subjetiva. Uma nova análise dos referidos requisitos subjetivos demandará apreciação de vários elementos probatórios que, nesta hipótese, encontra óbice em função da via eleita.

203



Como é cediço, a via estreita do habeas corpus não permite dilação probatória. A revisão de decisões relativas ao cumprimento de penas não é compatível com o rito do remédio heróico, quando se impõe a análise de elementos da prova com o fito de verificar o atendimento dos requisitos de ordem subjetiva. Neste sentido:

"HABEAS CORPUS. PEDIDO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL. NECESSIDADE DE EXAME DOS REQUISITOS SUBJETIVOS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO WRIT. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1 - O instituto do habeas corpus, em princípio, não é a via própria para a revisão de indeferimentos de benefícios relativos à execução da pena, no caso, o livramento condicional, tendo em vista a necessidade de dilação probatória para reexaminar a presença dos requisitos objetivos e subjetivos indispensáveis à concessão desses direitos.

2 - Habeas corpus não conhecido.

(HC 42.203/RJ, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, julgado em 27/09/2005, DJe 01/06/2009)

O douto Procurador de Justiça Renato da Silva Filho, ao emitir seu parecer nos autos, também demonstrou que entende ser imprópria a via eleita para análise das alegações do impetrante, segundo o eminente Procurador de Justiça (fls. 106/107):

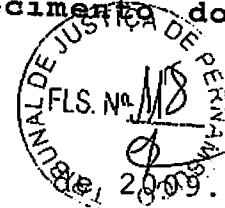
"in casu, há uma série de documentos atestando que o paciente responde a outra acusação pertinente a homicídio (81). Ora, nestas circunstâncias, necessário seria, pela via estreita do habeas corpus, a análise acurada e valorativa de todas as informações atinentes à vida carcerária do paciente, inclusive para saber quantas ações penais ainda tramitam em seu desfavor. Assim, pelo menos em sede de habeas corpus, se mostra inviável tal caminho. (...)"

Diante das peculiaridades da presente hipótese, não há possibilidade de se admitir o writ como sucedâneo do recurso próprio (agravo de execução). Pelos motivos expostos, voto pelo não conhecimento do *habeas corpus*.

É COMO VOTO.

Recife, 22 de dezembro


Des. Gustavo Lima
RELATOR



204